

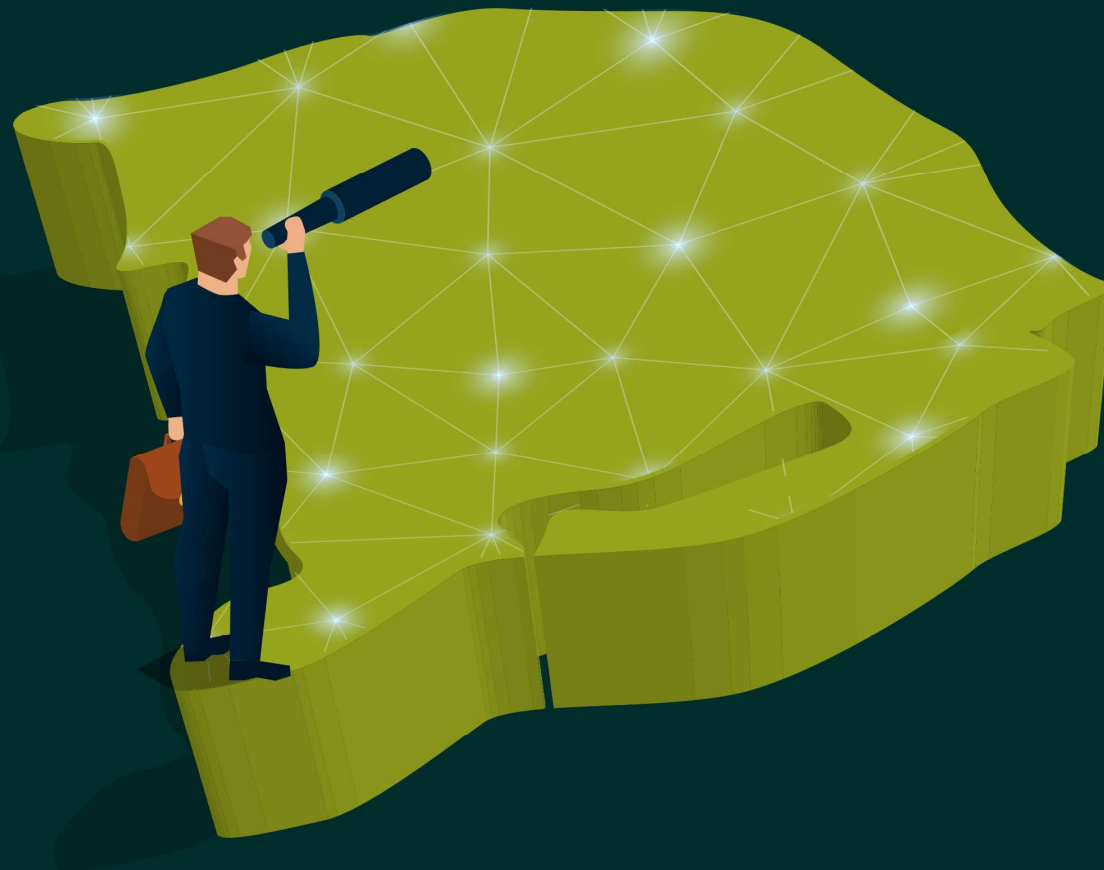
PATROCÍNIO



CENSO QUALITATIVO - 2020-21

O RIO GRANDE APÓS A PANDEMIA

AGRONEGÓCIO - INDÚSTRIA - COMÉRCIO -
EMPREGO - SAÚDE - GESTÃO PÚBLICA





O RIO GRANDE APÓS A PANDEMIA

Estudo sobre os impactos da pandemia, as críticas e as expectativas sobre as medidas econômicas e o papel da Assembleia Legislativa e dos Deputados nesse processo de retomada

Síntese Executiva

Janeiro de 2021



PATROCÍNIOS

A pesquisa foi realizada pelo IPO a pedido do Confirma Brasil para a Assembleia Legislativa, com os seguintes patrocinadores:



O QUE BUSCAMOS COMPREENDER?

As condições do ambiente produtivo, competitivo e social da economia do RS no pós-pandemia, a partir das percepções de lideranças políticas, sindicais e de entidades do setor produtivo: indústria, comércio e agronegócio.



COMO FIZEMOS

Metodologia: Censo das lideranças regionais das principais entidades que compõem o Estado do RS. A divisão de região seguiu a distribuição do cadastro de cada entidade ou a distribuição das regiões do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Entidades representadas nesse estudo: FEDERASUL, FIERGS, FARSUL, FECOAGRO, FAMURS, FECOMÉRCIO, OCERGS, SEBRAE, FETAG.

Público-alvo: Presidentes, vice-presidentes, diretores regionais e Prefeitos.

Número de entrevistas: Total de 429 entrevistas.

Data da realização: 03 de dezembro de 2020 a 07 de janeiro de 2021.

Técnica de análise: Híbrida, analisando quantitativamente os dados percentuais do censo e qualitativamente os argumentos apresentados pelos entrevistados.



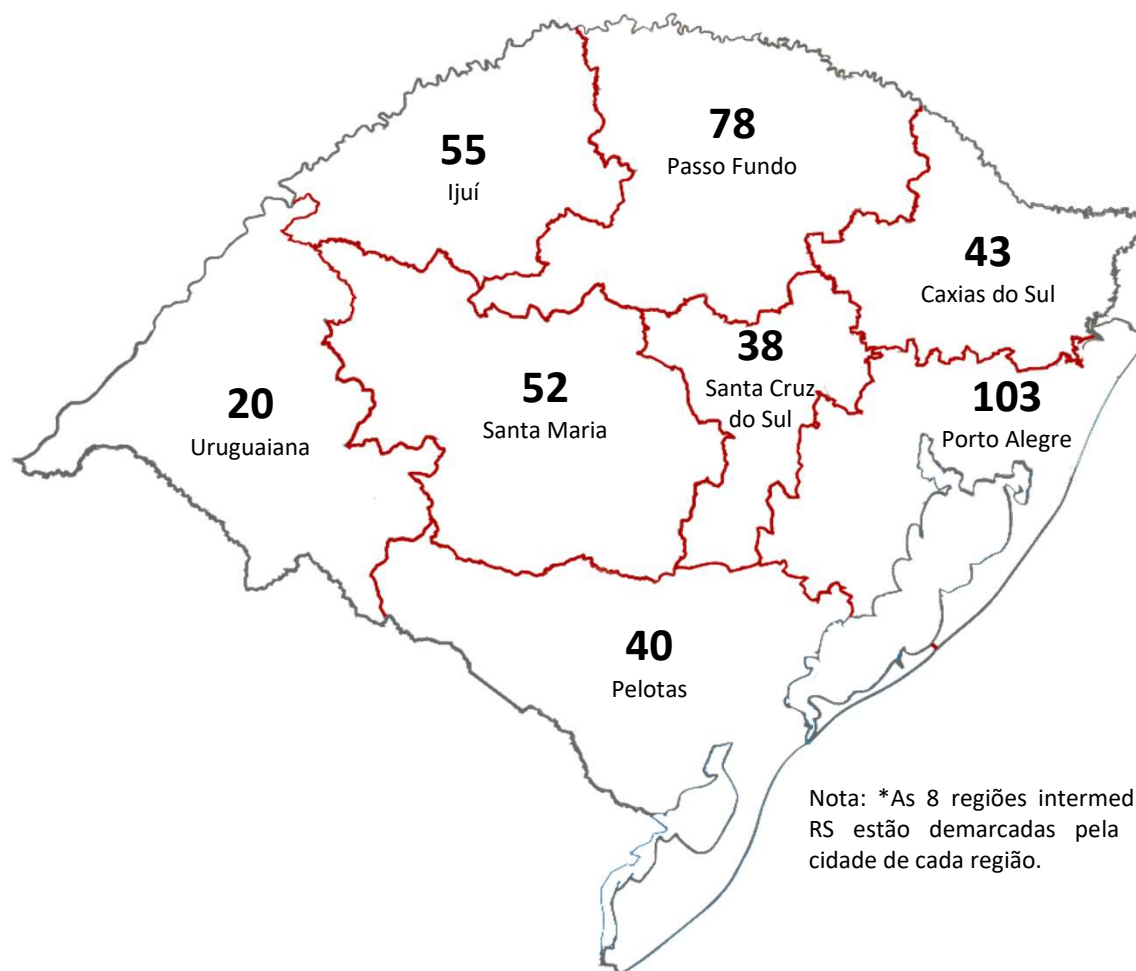
Distribuição das entrevistas no RS

Observação: Os cruzamentos desse relatório de pesquisa foram gerados via software estatístico. O mesmo não tem as colunas arredondadas (100%). O cálculo de arredondamento é realizado diretamente do *sistema*.

DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS NO RS*

OCERGS	167
FAMURS	60
FECOMÉRCIO	56
FIERGS	42
FARSUL	31
FECOAGRO	28
FETAG	23
FEDERASUL	19
SEBRAE**	03
TOTAL	429

Nota ** No SEBRAE foram entrevistados os membros da diretoria: Superintendente, Diretor Técnico e Diretor Administrativo Financeiro.



Nota: *As 8 regiões intermediárias do RS estão demarcadas pela principal cidade de cada região.

LÓGICAS QUE COMPÕEM O ESTUDO

01 Os impactos da
pandemia

02 As ações para a
retomada econômica

03 Expectativa com as
políticas públicas

04 O papel dos
municípios

05 O papel do
Legislativo gaúcho

06 O apoio à
sociedade

07 Avaliação do Programa
Escolha de Valor

08 Uma visão sobre
cada segmento

A pandemia trouxe impactos para o Estado...

59,4% tiveram **perdas financeiras** em seus setores. A **média** geral de perda foi de **28,3%**.

Estimam **2 anos**, em média, para se **recuperar**.

81,2% afirmam que seu segmento utilizou o **capital de giro emergencial**.

O principal destino do capital de giro emergencial foi para **fluxo de caixa** e **pagamento dos salários**, **59,2%**.

Mas há expectativa com o futuro...

53,1% projetam **crescimento** para 2021.

Esta expectativa está associada à **retomada econômica**, à **ampliação do consumo** e a **fatores climáticos favoráveis**.

A perspectiva de **retomada econômica** varia conforme o segmento...

Compartilham a percepção de que há uma **demanda reprimida**, que terá vazão em 2021. Para o Agronegócio e Cooperativas as exportações também fazem parte do plano de crescimento.

Os impactos e as “dores” variam conforme o segmento

Agronegócio

(28,7% de perda)

Teve perdas pelas condições climáticas, **estiagem**.

Indústria

(32,9% de perda)

Pela situação da economia e pela **falta de matéria-prima/produtos**.

Comércio

(30,3% de perda)

Pela situação geral da economia. O **consumo foi reprimido**, intensificado pelos decretos municipais restritivos.

Gestão pública

(15,7% de perda)

Em razão do contexto global. Houve um **prejuízo social e econômico causado pela pandemia**. Reclamam do valor do ICMS, mas afirmam que foi vital o repasse do Governo Federal.

Cooperativas

(40,8% de perda)

Têm dificuldade de recuperar as perdas causadas pela pandemia (**educação, empreendedorismo**) e aumento do desemprego.

As empresas precisam de estímulo e redução de impostos para a retomada da produtividade e competitividade

Em sua opinião, a retomada da dinâmica da economia do RS depende:



30,2% afirmam que precisa de **ESTÍMULO AO EMPREENDEDOR.**

Esse estímulo inclui a redução da burocracia e diminuição das ações restritivas do Estado sobre a iniciativa privada.



22,8% mencionam a **MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO DE IMPOSTOS.**



21,2% citam o **FOMENTO À COMPETITIVIDADE.**

O Estado precisa de um replanejamento global que envolva a revisão de impostos, investimento em infraestrutura/logística e em tecnologia/ inovação.

A competitividade está associada diretamente à redução de impostos

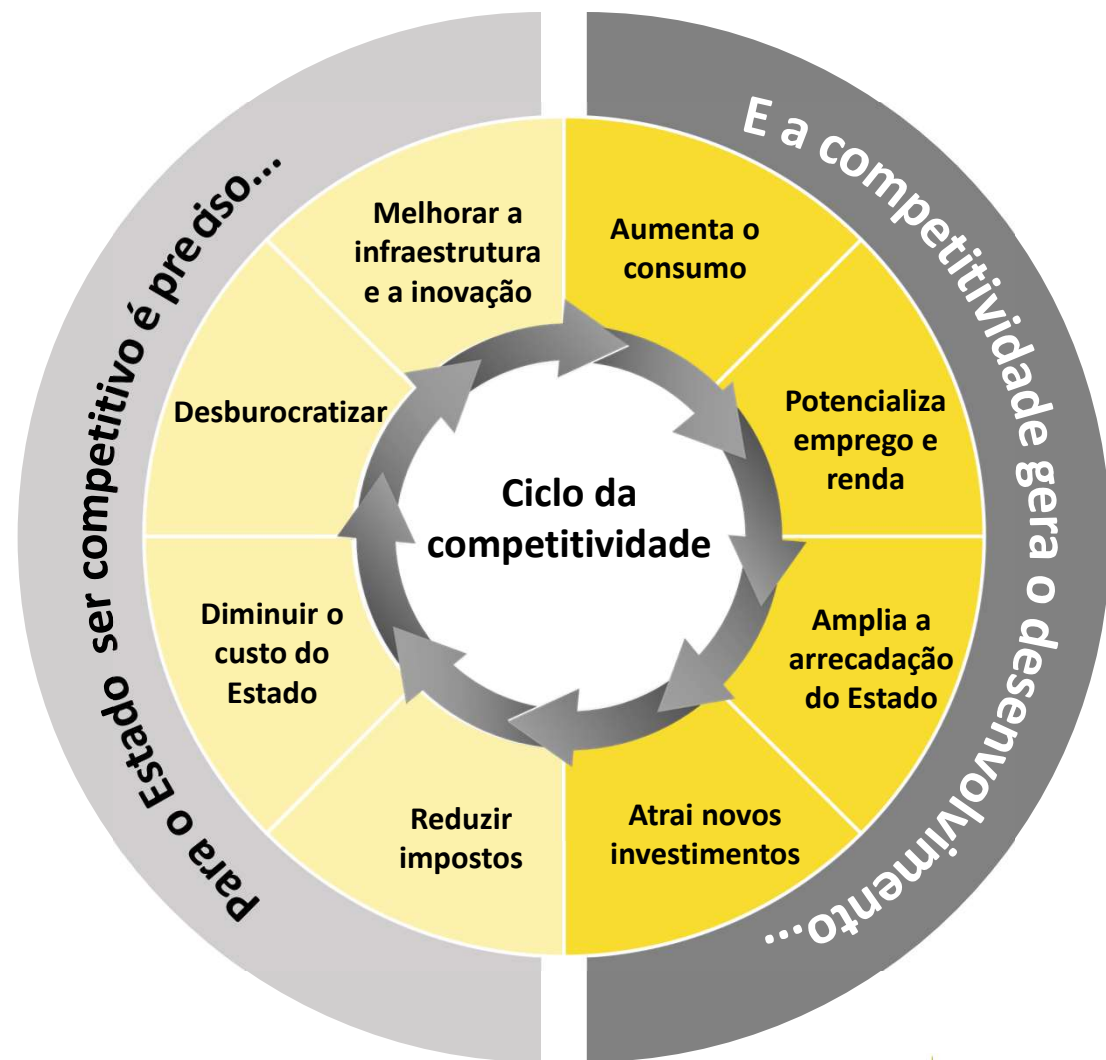
O debate sobre os **tributos** já é uma **demanda reprimida** do setor produtivo, que intensificou-se com a pandemia.

Para haver competitividade, o Estado precisa ter uma reforma tributária que vise o desenvolvimento.

Para metade dos representantes a redução de impostos é o principal fator para estimular a competitividade, e perpassa todo debate da pesquisa.

Os impostos, considerados altos, aumentam o custo dos produtos, retraem o consumo e fazem com que o RS perca em competitividade para outros estados, como Santa Catarina.

Segundo os entrevistados, uma carga tributária justa cria um círculo virtuoso de desenvolvimento



Além da reforma tributária as empresas precisam de apoio financeiro e estratégico...

E pensando na sobrevivência das empresas e na retomada da produtividade e da competitividade. O(a) Sr.(a) diria que elas necessitam...



38,0% mencionam o **ACESSO AO CRÉDITO.**

Um acesso ao crédito desburocratizado, com olhar para as particularidades de cada setor.



23,1% consideram a importância de **SOLUÇÕES CRIATIVAS.**

Encontrar novas formas para as dificuldades. A tecnologia/ inovação é uma aliada para auxiliar em soluções criativas.



17,9% indicam uma **NOVA MODELAGEM DE NEGÓCIOS.**

Nova modelagem de negócios a fim de diminuir custos, para ser mais competitivo.

A redução de impostos aparece com força em três questões da pesquisa...

A redução de impostos e a desoneração são propulsores para...

62,9%

COMO SOLUÇÕES PARA MELHORAR A PRODUTIVIDADE E GARANTIR O EMPREGO.

Destaca-se ainda a importância da manutenção dos incentivos fiscais.

A desoneração das empresas e os incentivos fiscais são medidas essenciais para...

34,5%

COMO APOIO PARA A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO NO ENFRENTAMENTO DA RECESSÃO CAUSADA PELA PANDEMIA.

Registra-se que 35,5% indicam a ampliação de linhas de crédito e financiamento.

A redução de impostos é vital para...

40,1%

COMO FATOR PARA A RETOMADA NO PÓS-PANDEMIA.

1/3 salienta a importância do incentivo e fomento às empresas.

Menos impostos, mais desenvolvimento

Em sua opinião, a redução de impostos sobre produtos gaúchos e criação de novas alíquotas será determinante para...

A redução de impostos e a criação de novas alíquotas é determinante para a **ampliação do consumo e das vendas (54,8%)**.

A desoneração permitiria melhores preços e maiores vendas. No mesmo sentido, o aumento da demanda exigiria a qualificação da oferta, impactando o mercado de trabalho e resultando em impostos para o Estado.



O Executivo e o Legislativo devem ser protagonistas da estabilidade política e jurídica

A estabilidade política e jurídica, que garanta investimentos, devem ser atribuição...

Deve haver uma união entre o Executivo e o Legislativo visando a estabilidade jurídica e política em prol dos investimentos no Estado.

Para os entrevistados, quem deve garantir a estabilidade são os agentes políticos eleitos pelo povo.

38,9%
Poder
Legislativo

O Legislativo tem o papel de fazer as leis, para minimizar a judicialização da política.

34,7%
Poder
Executivo

O Presidente e o Governador devem representar a estabilidade política e jurídica.

Políticas públicas para conter o aumento da pobreza

Focando soluções para conter o aumento da pobreza, além dos índices já existentes, pode-se propor...

Programas assistenciais

29,4%

Renda mínima para vulneráveis, distribuição de cestas básicas, restaurantes solidários.

Programas de moradia e de frentes de trabalho

27,9%

Criar condições dignas de moradia e criar frentes de trabalho e renda, recolocando essas pessoas no mercado de trabalho.

Apoio do Governo Federal

15,2%

Com previsão orçamentária de repasses federais para políticas sociais.

Geração de emprego

14,4%

Políticas públicas para gerar emprego, flexibilização de leis trabalhistas, estímulo ao empreendedorismo.

Prioridades para a gestão municipal no pós-pandemia

Do ponto de vista da gestão local (cidades), o que é indispensável propor para o pós-pandemia...

29,1%

Alteração urgente e significativa no **Pacto Federativo** (Fundo de Participação dos Municípios). A revisão do pacto federativo é uma meta considerada indispensável, **especialmente pelos gestores públicos**, que atuam diretamente na negociação junto ao Governo Federal.

28,0%

Enxugamento da máquina pública. Corte por um ano de reajuste ao funcionalismo e extinção de cargos. O enxugamento do funcionalismo seria prioritário **para a indústria e o comércio.**

16,6%

Instituir programas de cooperação – sociedade/empresas/prefeitura – de **atenção social.** As **cooperativas** apontam a necessidade de instituir programas de cooperação para atenção social.

As ações que os **MUNICÍPIOS** devem fazer para **RETOMAR SUA DINÂMICA ECONÔMICA**

Para que os municípios retomem sua dinâmica econômica, o mais importante é...

Incentivar cadeias produtivas

27,7%

dos entrevistados afirmam que o foco deve ser nos setores produtivos, em uma ação integrada, com ajuda dos governos Estadual e Federal.

Se aproximar do Governo Federal e do Estadual

22,4%

acreditam que neutralizar as disputas políticas auxilia para que todos tenham foco no mesmo objetivo.

Ampliação dos percentuais de repasses

17,2%

avaliam a necessidade de um percentual mais igualitário, pois o município tem uma alta carga tributária e menor retorno.

Ampliar força política da FAMURS e da CNM

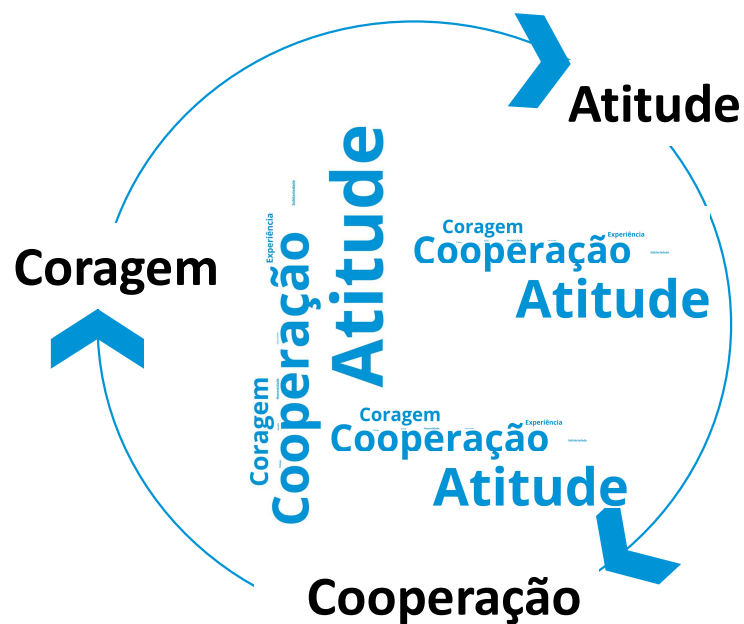
15,4%

indicam que para os municípios terem mais força nas reivindicações e uma melhor divisão dos recursos, do retorno, é importante ampliar a força da FAMURS e CNM.

Os gestores precisam de pulso firme e capacidade de conciliação

Entre as opções que eu irei ler, o que o(a) Sr.(a) considera como indispensável ao gestor público para retomar a vida econômica e social da cidade?

O que esperam é uma capacidade de gestão que alinhe os três principais atributos: **ATITUDE** e **CORAGEM** são importantes para ter um posicionamento forte, mas com equilíbrio, **COOPERANDO** e sendo parceiro dos demais segmentos e da própria sociedade.



A percepção sobre o papel do Legislativo

O estudo verificou a iniciativa prioritária da Assembleia Legislativa em três questões...



Na área social

42,4% citam o incremento nos cursos profissionalizantes/educação

13,8% mencionam que devem legislar sobre teletrabalho

10,0% avaliam que devem incentivar cursos e exercício de profissões à distância

Na área econômica

39,9% mencionam mais incentivos à indústria, ao comércio e aos serviços

25,4% defendem pauta econômica voltada ao aumento da produção

11,4% citam os programas permanentes de recuperação de empresas

No pós-pandemia

28,0% indicam o fortalecimento da rede hospitalar do RS (com soluções regionais)

23,1% mencionam o fomento à produção e difusão de tecnologia

20,5% consideram que para o setor agrícola há urgência na tramitação de um anteprojeto de irrigação

Os parlamentares devem evitar pautas que onerem mais os gaúchos

E no pós-pandemia, tem alguma pauta ou agenda que os parlamentares gaúchos devam evitar? O que seria?

16,5% Discussões ideológicas partidárias

12,4% Aumento de impostos

11,4% Aumento de salários/máquina pública

36,8% nenhuma ou não sabem

Para unir forças com **foco no crescimento econômico**.

Para não prejudicar a **competitividade**, em um cenário que já tem uma alta carga tributária, incentivando assim o aumento da **produção**.

A máquina estatal precisa de **equilíbrio** entre o que custa e sua **eficiência**. Não é hora de aumentar o custo para os contribuintes.

A pesquisa utilizou três indicadores para avaliar a perspectiva comportamental da sociedade com a gestão pública:

1º

Desempenho

A população tende a analisar o **desempenho da gestão pública** e do parlamento com a **mesma avaliação** de antes da pandemia, 41,0%.

2º

Interesse

Mas, por outro lado, afirma que terá **mais interesse** pelas **decisões governamentais**, 60,8%.

3º

Solidariedade

Acreditam que a tendência de organização da vida social, no pós-pandemia será através da **solidariedade**, 53,6%.

A missão prioritária dos prefeitos a partir de 2021 é estimular a economia local

Na liderança das cidades, qual será a missão prioritária dos prefeitos a partir de 2021?

A prioridade no pós-pandemia é restabelecer a economia através do incentivo à produção local e resgatar o espírito de comunidade entre as pessoas através da cooperação.

Incentivo à produção local (46,4%)

Os municípios como protagonistas desse papel, para fazer girar a economia e gerar emprego e renda.

Tornar a cidade mais confiante com ações de interação e cooperação entre as pessoas (22,6%)

Para neutralizar os danos econômicos, sociais e emocionais causados pela pandemia. Restabelecendo a confiança ou empatia com os políticos.

São quatro eixos que podem agravar as dificuldades dos municípios que dependem exclusivamente do FPM a partir de 2021:

Para as populações dos municípios que vivem exclusivamente do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), as dificuldades a partir de 2021 serão mais agravadas por quais dessas possibilidades...

MISÉRIA - 28,4%

Aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade, miséria e fome.



ECONOMIA - 22,6%

Agravamento da situação econômica/financeira das pessoas causado pela informalidade, desemprego e falta de investimentos.



SAÚDE - 21,7%

Situação da saúde pública, com aumento da precariedade no período de pós-pandemia.



EDUCAÇÃO - 11,7%

Desafios de recuperar o que “foi perdido” com a pandemia e de uma retomada com a segurança necessária.

Fonte única de receita



Reflexos da pandemia



Dificuldades agravadas

O principal aprendizado do estudo





O Estado necessita de uma reforma tributária voltada para a competitividade

O Estado precisa parar de “correr atrás” de reformas tributárias que objetivem resolver “o seu problema financeiro.” Precisa pensar em uma reforma tributária que desonere as empresas, tenha como foco o desenvolvimento econômico e social do RS, criando um crescimento sistêmico “onde todos irão ganhar.”

| O principal aprendizado do estudo



A retomada econômica depende da reforma tributária

A pandemia ampliou a necessidade de reforma tributária, fazendo com que os entrevistados resgassem a temática, durante a pesquisa, “como a forma de fazer a coisa certa.”

Uma reforma tributária que vise o desenvolvimento do Estado é um projeto que trará benefícios financeiros para o próprio Estado, em médio e longo prazo. O Estado é vital para fomentar a competitividade das empresas, mas para isso é necessário que tenha uma carga tributária justa, um processo de desburocratização permanente, uma infraestrutura que favoreça a logística e investimentos constantes em inovação e tecnologia.

| O principal aprendizado do estudo

iii IPO

Instituto Pesquisas de Opinião

Elis Radmann

Cientista social e política

(51) 99108.8439 | elis@ipo.inf.br

Porto Alegre / RS

Rua São Manoel, 239 | (51) 3286.6156

Pelotas/ RS

Rua Padre Anchieta, 1007 | (53) 3278.2511

 ipo.inf.br

 fb.com/ipo.br

 ipo.pesquisa

 instituto.ipo



Assembleia Legislativa

Estado do Rio Grande do Sul

 **CONFIRMA BRASIL**

Praça Marechal Deodoro, 101 - **Porto**


Alegre/RS

Cep 90010-300 - PABX (51) 3210.2000

 al.rs.gov.br

 fb.com/assembleiars

 assembleiars

 assembleiars